

O PROCESSO HISTÓRICO DA INTEGRAÇÃO CAPITALISTA
DA AMAZÔNIA *

Roberto A. O. Santos
(Núcleo de Altos Estudos Amazônicos)
Universidade Federal do Pará

Sumário:

1. Em busca de uma perspectiva teórica.
2. Integração capitalista.
3. Processo de integração da Amazônia.
4. Os surtos principais.
5. Quando a integração se detém.
6. Duas razões da dependência.
7. Integração capitalista e fronteira agrícola.
8. Final.

1. EM BUSCA DE UMA PERSPECTIVA TEÓRICA

É necessária antes de tudo, uma palavra de agradecimento aos colegas organizadores da Semana de História, cujo convite, para mim, en-

* Nota Prévia

cerra o significado de uma distinção. Meu interesse pela História, como sabem, prende-se às minhas obrigações de professor de Economia Política, as quais, embora me tenham levado a algumas incursões na historiografia da Amazônia, nem por isso fizeram de mim um historiador profissional.

Hão de desculpar-me, pois, se eu incorrer em qualquer viés profissional de economista ao longo da exposição de hoje, sobre história da Amazônia.

Na verdade, estou convencido de que a interpretação econômica da História desempenha um papel fundamental no conhecimento humano. Buscar os móveis econômicos dos indivíduos, os ideários ou perspectivas com que revestimos, as imperatividades técnicas que se vão formando em certas circunstâncias, as tensões entre classes sociais, se torna uma das vias indispensáveis da formação do saber histórico. Naturalmente, a interpretação econômica não invalida a interpretação fundada em outros fatores. A meu ver, os modelos de causalidade múltipla, em História, são mais explicativos que os modelos de causalidade única ou causalidade-chave. Ninguém compreenderia o que vem de se passar no Irã se eliminasse o fator religioso, nem explicaria a guerra sino-vietnamita se esquecesse o sentimento nacional dos povos nela envolvidos direta ou indiretamente. Mas, por outro lado, ninguém compreenderia a História contemporânea se não percebesse a relevância decisiva dos

condicionamentos técnicos, o conteúdo econômico do poder nas sociedades modernas, as tensões sobre a distribuição da riqueza.

Ora, uma das óticas possíveis na interpretação econômica é a da evolução dos sistemas sócio-culturais. Quer os definamos de maneira extensa, como Pitirim Sorokin, quer os definamos de maneira restrita, como Werner Sombart (que os chama de sistemas econômicos), esses sistemas são altamente inclusivos, interessando geralmente a grandes porções da humanidade. Estudar a fundo sua evolução permite-nos penetrar em alguns problemas humanos fundamentais e abre horizontes para perscrutar nosso futuro. É por isso que o estudo histórico-econômico de uma região ganhará maior riqueza teórica se se situar na perspectiva dos sistemas socioculturais em que ela se integra.

Proponho, assim, que adotemos essa perspectiva, em nosso estudo da Amazônia nesta noite. Desde o descobrimento do Rio Amazonas pelos europeus, aquilo que conhecemos, como sociedade amazônica nasceu e cresceu em contacto com o capitalismo. A história da integração da Amazônia nesse sistema pode ser bastante esclarecedora, capaz de aumentar nossa compreensão teórica a seu respeito.

Contudo, há mais. É difícil ficarmos indiferentes diante de distintos sistemas sócio-culturais. Ao estudá-los, somos tentados incessantemente a fazer comparações, a tirar conclusões, formar juízo sobre os valores adota-

dos, criticar e avaliar. Neste sentido, pode-se dizer que o emprego da perspectiva do sistema sócio-cultural, em História tende a ser grandemente integrador. Porque, além de descrever e ordenar sequências, ela analisa atribuindo causas inteligíveis e paralelamente crítica segundo uma escala de valores.

Por outro lado, não deve criar muita expectativa sobre o alcance desta palestra. Nem haveria tempo nem disporíamos de material suficiente para um desenvolvimento muito extenso da perspectiva que estamos sugerindo em relação à Amazônia. Meu tratamento aqui será simplesmente introdutório. Além disso, não cobrirá senão o período posterior à instalação da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão.

Muito pouco pode ser dito, por exemplo, sobre a composição das classes sociais em presença nas várias fases que se sucederam. Por isso e por outras razões relativas à sociologia do poder, nosso esboço será bastante incompleto.

Ouvi dizerem certa vez, com ar de depreciação, que toda tentativa de fazer teoria em História é um empreendimento marxista. Em primeiro lugar, não vejo motivo para a depreciação de um trabalho historiográfico somente em razão de sua filiação ao marxismo. Os autores marxistas interessados na ciência merecem, como os de outras correntes, o nosso respeito profundo. Além disso, o que,

a meu ver, especifica como marxista uma análise histórica qualquer é o emprego do método dialético. E esse método requer, da parte de quem o utiliza, uma crença particular na constituição e nos fins da História - crença essa com a qual a minha não coincide, ou pelo menos não coincide em todos os pontos. Não posso, portanto, endossar o método dialético. E, todavia, continuo achando fértil o estudo da dinâmica da sociedade a partir da ótica do sistema capitalista.

2. INTEGRAÇÃO CAPITALISTA

Como em todo sistema sociocultural, no capitalismo os homens interagem uns sobre os outros, criando continuamente significados, valores e normas, através de enorme rede de veículos de interação físicos e simbólicos. As técnicas de produção da riqueza constituem um grupo particular desses veículos e, como os outros, sem dúvida exercem importante influência retro-alimentadora sobre as concepções de vida dos indivíduos (1). Mas isso não nos autoriza a eliminar a autonomia relativa e muito menos a eficácia dos fatores psíquicos no capitalismo. Dificilmente se poderia negar hoje o quanto esses fatores foram decisivos para o surgimento histórico do grande capital: a fetichização do dinheiro, que lança raízes em longínquo e obscuro passado, a paixão do lucro e do poder, os desenvolvi

mentos da aritmética, do cálculo, o ânimo da empresa em larga escala, a permissão moral da violência para fins de enriquecimento, as virtudes burguesas, etc., foram em grande parte responsáveis pela ruptura do sistema de valores das sociedades tradicionais da Idade Média, e estão ainda presentes na base da sociedade capitalista, como o mostrou vigorosamente Werner Sombart, ao ultrapassar (neste domínio) a teoria de Max Weber (2).

Mas que vem a ser a integração capitalista? Em que sentido podemos dizer que a Amazônia está integrada ao capitalismo? Ressalvando que o termo "integração" tem sido utilizado para outros fins, seria lícito definir integração capitalista como o processo de incorporação ou aumento de participação de povos e territórios no sistema sócio-cultural capitalista; vista de outro ângulo, é o processo pelo qual o capitalismo foi se constituindo como uma totalidade significativa em escala mundial, embora fisicamente constituído por distintos blocos nacionais (3).

3. PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA

Quando o Pará aderiu à Independência do Brasil, em 1823, a economia amazônica já se achava periféricamente integrada ao sistema capitalista mundial. O processo de integração começara ainda no século XVII, com a chega

da de Caldeira Castelo Branco a Belém. A anexação militar de territórios indígenas, as trocas de produtos, os primeiros afluxos de capital português e a imigração de colonos, militares e missionários lusitanos, etc., constituíram o primeiro passo da integração.

Uma das notas mais impressionantes do processo integratório da Amazônia tem sido a descontinuidade. É como se a integração se fizesse por surtos, seguidos de prolongado estacionamento e talvez mesmo de regressão. Entretanto, desde meados do século XVIII até nossos dias os surtos têm deixado traços inconfundíveis de consolidação da integração capitalista - o que é verdadeiro principalmente para a integração no domínio industrial e no dos serviços terciários das cidades surgidas. Por seu turno, o nascimento das cidades originou uma demanda de alimentos que, ao estimular a pequena agricultura ao redor serviu a uma integração local, embora medíocre. A própria indústria, em cerca de sessenta anos até meados dos cinquenta, esteve operando quase exclusivamente para mercados locais. Ao contrário do extrativismo que, nesse período e já antes de 1750, estava diretamente ligado à procura dos grandes centros mundiais.

Para arriscar uma periodização, poderíamos dizer que, de modo muito geral, os momentos mais importantes dos surtos de integração têm ocorrido nas segundas metades dos últimos séculos; ao passo que os momentos de es-

tacionamento têm ocorrido principalmente nas primeiras metades. Durante a segunda metade do século XVIII, prevaleceu uma onda integratória prolongada até 1805. O mesmo sucedeu na segunda metade do século XIX e até ao ano de 1910. E hoje, na segunda metade do século XX, estamos vivendo um momento de intensa integração no sistema capitalista, novamente. Em contraposição, a primeira metade do século XIX, até pelo menos 1840, foi uma fase de decadência econômica séria, que inibiu bastante a integração da Amazônia no resto do sistema. De forma semelhante, a primeira parte do século XX é caracterizada pelo declínio ou a rotina, originando regressão ou estacionamento no processo integratório.

Comentemos brevemente alguns marcos desse vai-e-vem da integração. Não, porém, sem prevenir que nem sempre um surto de integração atinge a toda a economia regional. Alguns desses surtos foram bastante localizados e tiveram um reduzido efeito de propagação. É bom advertir também que só consideramos surto a um acontecimento ou sequência de acontecimentos que verdadeiramente iniciaram um aprofundamento da integração. A pura repetição de métodos, sem qualquer mudança em condutas já tornadas tradicionais, mesmo quando aqueles métodos tenham antes inaugurado localmente novos movimentos integratórios, não se reputará um surto. Indícios de que se está operando uma mudança no sentido de maior integração de determinadas po-

pulações locais no sistema capitalista podem ser, por exemplo: a presença crescente, nos núcleos capitalistas urbanos, de bens produzidos pelas referidas populações; a utilização crescente, por essas populações, de bens de consumo ou instrumentos de trabalho de natureza industrial; a presença profissional ativa, junto a essas comunidades, de agentes comerciais intermediando as trocas com os núcleos capitalistas; a reconceituação local da propriedade da terra, por enrijecimento do seu caráter privatístico. (A coerção física e a expropriação privada podem estar também presentes; e muitas vezes funcionam como pré-condição ou prenúncio dos indicadores acima apontados. Mas não são suficientes nem necessários para revelar que a integração está em curso).

4. OS SURTOS PRINCIPAIS

Dentro do período que estamos analisando, o primeiro surto de integração ocorreu entre 1755 e 1783. Iniciou-se com a implantação da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão e baseou-se na produção de um gênero principal (staple), o cacau, que representava em média 61% das exportações amazônicas. Embora lavre ainda forte controvérsia entre os especialistas, tudo indica que foram inauguradas novas práticas na produção do setor primário, dando-se ênfase à agricultura e à pecuária.

Além da demanda de cacau, porém, a economia amazônica foi estimulada pela demanda européia de algodão e outros produtos agrícolas, a partir de 1776, quando cessaram os fornecimentos norte-americanos à Inglaterra, face ao conflito pela independência.

A esquematização das classes nos indicaria, entre as classes dominantes, os capitalistas metropolitanos (residentes fora da colônia e representados pela Companhia), os colonos e os missionários. Entre as classes dominadas, índios e negros constituíam o fundamental. Além dessas classes, havia os funcionários e militares. Foram constantes as tensões de interesses de classes, tanto das classes dominantes entre si, como destas com os índios e mesmo os negros. O regime prevalecente de trabalho era a escravidão oficializada (negros), ou a escravidão disfarçada de índios emancipados, embora sob protesto das missões religiosas. Não temos informações que nos permitam descrever os esquemas de apropriação da riqueza gerada na região entre essas classes.

Não creio que se possa considerar um surto, na acepção que lhe demos, à fase de prosperidade de 1796 a 1805. De fato, a prosperidade não parece ter sido resultante de mudanças importantes na comunidade local, e sim de uma expansão que já se empregavam no tempo da Companhia de Comércio. Para o sucesso notável dessas práticas contribuíram certos eventos independentes da econ-

omia da colônia, como: a aceleração da demanda européia de produtos tropicais na fase altista do ciclo de Kondratieff então em curso, a retratação da produção venezuelana de cacau e o talento administrativo de Lobo d'Almada no Amazonas e Souza Coutinho no Pará.

Nessas condições, o segundo surto terá sido, provavelmente, o que vai de 1853 a 1885 ou 1890. Derivada da crescente demanda de borracha nos grandes centros industriais do mundo, após a descoberta do método de vulcanização (Goodyear e Hancock), logrou o estabelecimento de vínculos profundos entre aqueles centros e a atrasada economia da região. A articulação do capitalismo industrial avançado com o trabalho das frentes extrativistas se operou através do regime do *Aviamento*, que foi, a um tempo, um modo de organizar a produção local e o crédito, e uma estruturação das relações de trabalho.

Não dispomos de um elenco completo de classes em presença na época. Uma aproximação de natureza dicotômica nos sugeriria, entre as classes dominantes, os exportadores sediados em Belém; os capitalistas dos centros mundiais; os importadores; os grandes comerciantes "aviadores" e os seringalistas. E entre as classes dominadas, os seringueiros e outros extratores; os pequenos agricultores; os escravos negros, os índios e os tapuias. Os donos das pequenas indústrias então nascentes ainda não se distinguem dos comerciantes como classes. Também os

os trabalhadores dessas indústrias provavelmente não tiveram desde cedo a condição de assalariados livres, sendo talvez aproveitados da massa de escravos ou empregados domésticos.

É claro que o *aviamento* não foi a única estrutura presente nas relações de trabalho. Mas ele era dominante no extrativismo e no comércio, principalmente depois da grande onda migratória de nordestinos a partir de 1877. Tratava-se de um método altamente espoliativo da força-de-trabalho, que transferia lucros para o exterior às expensas do nível de vida e de cruéis sofrimentos infligidos à população trabalhadora.

Contudo, parte desses lucros foi retida na região por suas classes dominantes: e, ao lado de dissipações em consumo, esses lucros foram também investidos na construção de cidades, pequenas indústrias e imobilizações rurais: mais tarde o seriam também em portos, ferrovias, pontes, escolas, igrejas.

Para a irrupção desse surto, o impulso inicial da demanda externa foi correspondido por uma mudança tecnológica importante no setor de transportes: a inauguração da navegação a vapor no Rio Amazonas, em 1853, através do monopólio de Mauá, concedido pelo governo imperial.

Foi assim que - segundo minha hipótese, ~~sejãta~~ ainda a revisão - 1853 a 1885 constituiu o período bási-

co da integração capitalista da Amazônia no século XIX. Tudo o mais, nesse século, veio como consequência, naquilo que dependia de forças em ação dentro da sociedade regional. Mas a consolidação do surto deflagrado perduraria até o fim da primeira década do século XX. Após o surgimento da indústria automobilística em 1895, o ritmo de trabalho da região e as exportações da borracha foram aumentados. Os centros capitalistas brasileiros - sobretudo a indústria nos dois importantes momentos de industrialização anteriores à I Guerra - também tiraram largo proveito cambial e fiscal do processo, ao utilizarem volumosos recursos cambiais gerados pela exportação de borracha e grande quantidade de receita fiscal líquida. Intensificaram-se também, nessa etapa de consolidação, as trocas com os centros capitalistas brasileiros por via de cabotagem.

É ~~por isso~~ que, a não ser talvez o surto atual, nenhum outro imprimiu à Amazônia tamanho impulso integrativo quanto o da borracha. Tomemos, por exemplo, o surto agrícola da Bragantina, no Pará. Foi uma experiência colonizatória, iniciada ainda no século XIX, com largos recursos do Poder Público, construção de uma ferrovia, financiamento de imigrantes, etc. Parece não ter havido problemas na apropriação das terras ao longo de dezenas de anos. Mas a demora na construção da estrada-de-ferro e, depois, as irregularidades do seu funcionamento, o baixo nível técnico dos colonos e a impropriedade dos solos para ~~abituas~~

de ciclo curto acabaram por intensificar a sujeição do produtor ao regime do *aviamento*, fixando-o num precário nível de vida; além disso, os solos sofreram grande degradação química. Não se pode negar, porém, que, com todos esses aspectos negativos, a Bragantina ainda se prestou à integração capitalista de mercados locais, tanto pelo abastecimento de Belém e outras cidades, como por absorver mão-de-obra arribada dos seringais a quando do colapso da borracha em 1911-1914.

Um outro exemplo de surto com reduzida capacidade de consolidação - verdadeiro espasmo - foi o conjunto de medidas relacionadas com a Batalha da Borracha nos anos quarenta deste século, que poucos rastros deixou além do fortalecimento do regime do *aviamento* e do desastre e padecimentos impostos aos trabalhadores nordestinos. A rigor, não houve acréscimo de integração mas uma mobilização irresponsável de mão-de-obra, sob pressão das necessidades estratégicas dos norte-americanos na II Guerra. Deve ressaltar-se apenas a criação de dois órgãos estatais de certa importância para a vida regional futura: o Banco da Borracha e o Serviço Especial de Saúde Pública.

Mais importante e de eficácia mais durável foram as duas novidades agrícolas esboçadas ainda nos anos quarenta, as quais iriam exercer um papel regional de considerável relevo a partir de 1950. Refiro-me às culturas de juta e pimenta-do-reino, cuja introdução remontam à década

da dos trinta, quando capitais do Japão e famílias japonesas que estabeleceram no vale amazônico. Sem entrar em pormenores (na juta, o capital japonês acabou aplicando o velho regime do *aviamento*; na pimenta, um regime de produção em cooperativa, etc), o fato é que em ambas as lavouras houve sucesso técnico. A pimenta atingiu elevado grau de organização, tornando-se o Pará um importante exportador mundial. A juta permitiu a expansão de moderno parque industrial de aniagem, que trata relações com os centros do país e algumas áreas do exterior.

Um ensaio de integração capitalista dirigida pelo Estado foi o mercado pela criação da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia nos meados dos anos cinquenta. Tratava-se de uma decisão eminentemente política, não sendo acompanhada de qualquer convocação efetiva do Governo de Vargas ao capitalismo nacional ou internacional. E como se Getúlio Vargas estivesse decidido a estabelecer a agricultura de pequena propriedade na Amazônia, que anunciara em 1940 no Discurso do Rio Amazonas (4). Mas a vontade de Vargas não parecia coincidir com a dos grupos dominantes do setor privado brasileiro, cujos interesses, na época, mal comportavam a própria experiência de planejamento como tal. Objetivamente, a criação da SPVEA só veio a ter importância para o setor primário quando houve a transferência de fundos para a construção da Belém-Brasília, rodovia de notório efeito integracio-

nista. Ao mesmo tempo, governos locais se esforçavam com sucesso para ampliar a rede viária do nordeste e médio-sul da Amazônia Legal - o que, tudo, contribuiu para o estabelecimento de correntes migratórias em direção à região.

Mas esse processo de integração dirigida não foi tão dirigido quanto parece. A SPVEA nunca chegou a ter um plano completo de colonização e novamente da estrada, limitando-se a pré-projetos sem nenhum alcance. De maneira que, embora a construção da estrada fosse de iniciativa estatal, o verdadeiro processo subjacente de integração foi autônomo, no sentido de que passou ao controle do interesse privado, já que grandes capitais e fazendas vieram a tomar o comando da situação.

Um novo ensaio da integração capitalista dirigida pelo Estado foi desencadeado em 1964, com a concessão de incentivos fiscais a investidores de fora da área. Estamos em plena vivência dessa integração deliberada pelo Governo.

Não descerei a detalhes descritivos do processo atual, ainda que de relevo. Contudo, gostaria de destacar alguns de seus traços mais visíveis:

(a) primeiramente, indo muito além do processo dirigido dos anos cinquenta, este engloba tanto o setor industrial como o setor primário, porque houve uma convocação insistente do Estado, ao capitalismo central do país,

através dos incentivos fiscais e financeiros;

(b) no setor industrial, o avanço resultou na expansão e elevação do nível técnico do parque industrial, com aumento da utilização do proletariado subempregado de Belém, Manaus e outras cidades:

(c) no setor primário, o avanço tem-se realizado por meio de maior ocupação da terra e, ao mesmo tempo com crescente aumento do controle do grande capital sobre a terra. Os métodos para conduzir a tão alta concentração, vão desde a manipulação regular de relações administrativas e legais, até a corrupção catórtaria, grilagens, violência física, expulsão econômica de pequenos proprietários ou simples tomada de posse de enormes extensões de território:

(d) ainda no setor primário, nota-se a atividade de certos fatores psíquicos, o "espírito capitalista" de que falava Sombart, acarretando mudanças decisivas no sistema de valores de várias comunidades rurais. Uma reconceituação da idéia de propriedade se difunde, enquanto se alteram padrões morais de conduta;

(e) reorganizaram-se as relações de trabalho, surgindo novas espécies de categoria profissional e aumentando o regime dos salários em alguns municípios;

(f) outro traço a assinalar, como notou um competente pesquisador, tem sido o da reestruturação das classes sociais, Está em curso, quer na Amazônia rural e so-

bretudo nela, que na Amazônia urbana e suas áreas industriais, uma rearticulação do sistema tradicional de classes, com a conseqüente redistribuição relativa do poder entre os grupos preexistentes e destes com os novos em ascensão.

5. QUANDO A INTEGRAÇÃO SE DETÉM

Ao lado das fases de aceleração da integração, que vimos de estudar, destaquemos dois momentos em que a integração permaneceu estável, sem avançar. O primeiro é o do longo período de decadência, que vai desde 1805 até aproximadamente 1840, decadência que atingiria tanto a banda ocidental da Amazônia, como a banda oriental, conforme o testemunho dos historiadores. A meu ver, os principais fatores responsáveis por essa inversão da tendência integracionista foram a queda dos preços do cacau, que era parte de um quadro mundial geralmente adverso para produtos tropicais naquela fase baixista do ciclo de Kondratief; o esforço de guerra do Pará na campanha da Guiana, associado à ocupação de Portugal por tropas francesas; e os movimentos políticos locais, especialmente a Cabanagem.

O segundo momento é o da década de 1910 a 1920, quando toda a grandiosa estrutura do extrativismo regional e a vasta organização mercantil que o apoiava em

por terra sob o peso da concorrência da borracha do Oriente, cultivada em grande parte por empresas capitalistas organizadas na Europa e nos Estados Unidos. É possível que essa estagnação nos laços com o capitalismo evoluído se haja prorrogado até o fim dos anos trinta.

Em ambos os momentos, atuou decisivamente a marcha da procura externa. Uma diminuição ou ~~estancamento~~ desta determinava a ruína do sistema regional. Isso, aliás, era a recíproca do que ocorria nas fases de ~~amento~~ da integração; era preciso que a demanda externa se reanimasse, para que um surto novo de integração irrompesse.

6. DUAS RAZÕES DA DEPENDÊNCIA

Por que se configura uma dependência tão forte em relação à procura dos centros mundiais do capitalismo? Por que tão exposta, vulnerável e subordinada a economia amazônica, apesar de seu conteúdo ser também, no conjunto, capitalista?

Uma resposta desenvolvida nos levaria à controvérsia doutrinária sobre o capitalismo dependente, o que não convém pelo momento (5). Mas vale a pena acentuar que a riqueza gerada pelo capitalismo não é difusiva, tende a ser concentrada, o que faz com que as regiões dependentes não tirem senão reduzido proveito do excedente econômico que geram. Além disso, há o problema da falta de au

tonomia tecnológica das populações dependentes.

No caso da Amazônia, os três elementos constitutivos do capitalismo - o espírito, a forma e a tecnologia - não avançaram em paralelo durante o processo de integração. Os componentes essenciais do espírito capitalista se implantaram rapidamente na região, principalmente: nos corpúsculos urbanos que iam sendo espalhados por toda a área; mas as instituições capitalistas, a forma do sistema, se disseminaram num ritmo algo menos rápido, encontrando ainda hoje a resistência de costumes ancestrais e tradições firmes de conduta; e a tecnologia capitalista, geralmente baseada na ciência e sujeita a incessante renovação, jamais se implantou autonomamente na Amazônia.

7. INTEGRAÇÃO CAPITALISTA E FRONTEIRA AGRÍCOLA

Outra nota importante da integração capitalista da Amazônia é que, ultrapassada a fase colonial, o processo foi, a princípio, todo orientado para centros capitalistas do estrangeiro. Posteriormente, sobretudo a partir de meados da década dos cinquenta, o processo se orientou decididamente para centros do capitalismo brasileiro. Essa circunstância se vincula à extensão de terras existentes na Amazônia e à estrutura agrária nela prevalecente.

Explicuêmo-nos. O regime tradicional do latifúndio no Brasil criou uma organização do trabalho rural ca-

racterizada pelos baixos níveis de remuneração da força-de-trabalho e pela expulsão econômica dos trabalhadores para as grandes cidades. Dessa situação se aproveita a indústria, que fica destarte com abundante quantidade de força-de-trabalho disponível e pode manter elevada a sua taxa de apropriação de lucro sobre os salários.

Esse fato, em razão de uma série de detalhes técnicos que omitiremos, mas que incluem a ociosidade de parte do equipamento industrial, gera pressões inflacionárias. E, em face da inflação, a terra passa a exercer um papel de reserva de valor do dinheiro.

Dessa forma a estrutura agrária brasileira serve ao capitalismo duplamente; permite manter baixos os salários urbanos e mantém terrenos disponíveis para aplicações de poupanças da classe capitalista nas épocas de inflação, à espera de "valorização" imobiliária (6).

Não é, pois, sem motivação que o capitalismo operante no Brasil busca hoje com avidez os terrenos da chamada "fronteira agrícola" da Amazônia. Outrora, o capitalismo brasileiro mantinha com as instituições latifundiárias um regime de aliança tácita apenas. Mas, hoje, a ocupação jurídica da Amazônia pela grande empresa transformou o próprio capitalista da indústria em latifundiário. Esse é verdadeiramente o ponto-chave da história da integração da Amazônia em nossos dias.

A conclusão não é nada animadora, porque signifi-

ca que a Amazônia foi apanhada nas malhas de um capitalismo muito mais poderoso que seus congêneres do século XVIII ou XIX e que esse capitalismo é avesso à mudança social básica de que a região necessita, isto é, uma reforma agrária razoável e justa, que ponha a terra, também, ao alcance dos pequenos.

Essa é a principal razão pela qual os esforços do Poder Público em favor da pequena propriedade, desde o lançamento do Programa de Integração Nacional em 1970, não têm tido qualquer sucesso. Ele próprio, o Poder Público, criou, sem saber, as condições de fracasso, ao fortalecer com incentivos fiscais, crédito, prestígio oficial, medidas jurídicas e policiais, a atual posição e o poder da grande empresa na Amazônia.

8. FINAL

Permitam-me agora uma palavra pessoal, uma reflexão, sem os rigores da ciência histórica.

Há muitos anos atrás, no século XIX, corria o rumor de que a Economia é uma ciência sombria, com gosto de tragédia. O pessimismo de Ricardo e de Malthus tarjava de negrura o mundo e não deixava lugar a qualquer esperança. Pensando bem, vimos que em mais de duzentos anos de história, a integração capitalista da Amazônia não logrou favorecer o pequeno, o pobre, o dominado, o fraco

perante o forte. Primeiro, no século XVIII, foi o índio, dizimado ou destribalizado; e o negro, já destribalizado desde a África, submetido no Pará ou Maranhão; depois, no século XIX, o seringueiro, espoliado na saúde, na vida sexual, no produto do seu trabalho; agora, no século XX, é o pequeno lavrador, o mais típico representante das classes sofredoras da sociedade amazônica de hoje; e ressurgue também, dramaticamente, a ameaça de total extermínio das populações indígenas remanescentes, sob a pressão dos interesses capitalistas, ávidos das terras do índio. Há motivos para ter esperança?

Em minha opinião, sim. Mas essa esperança não pode ser buscada na ciência histórica, na Economia ou na Sociologia, como ingenuamente se acreditou no século XIX e na primeira parte deste século. Ela tem que basear-se numa fé e simultaneamente numa ação transformadora das estruturas sociais. Fé profunda nos valores da justiça, uma convicção de que a História tem um conteúdo essencialmente ético, de que a sociedade humana é incessantemente chamada a fazer o bem e a livrar-se o mais possível da injustiça e do mal. Ação decidida pela igualdade de oportunidade entre os homens, pela instauração de formas de convivência política e econômica que ponham fim ao sistemático injustiçamento dos pobres e fracos. Com um empenho efetivo nessa ação, sob o impulso perseverante daquela fé, podemos ter esperança de maior igualdade social e

de aumento da massa de amor real em suspensão neste planeta.

Nos limites desta esperança, posso até concluir embora em outro contexto doutrinário, como Martin Luther King, o líder negro que tombou assassinado ao lutar pela justiça em favor de um grupo social oprimido; "... com essa fé". dizia ele. "seremos capazes de derrotar o desespero e levar uma luz nova às câmaras escuras do pessimismo. Com essa fé, apressaremos a chegada do dia em que haverá paz na Terra e boa vontade para com todos os homens".

N O T A S

- (1) Há, com efeito, um processo contínuo de feed-back entre significados, valores e normas, de um lado, e veículos ou condutores de interação, de outro. PITIRIM SOROKIN, Sociedad, cultura y personalidad, Aguilar, Madri, 1960, cap. III.
- (2) Quero referir-me ao tratamento que Sombart deu ao problema do surgimento histórico do espírito capitalista, em seu livro sobre o homem burguês, bem mais completo que o de Weber sobre a moral protestante e o espírito do capitalismo. Cf. WERNER SOMBART, El burguês, versão castelhana de Victor Bernardo, Ediciones Oresme, Buenos Aires, 1953 (original alemão de 1913), e MAX WEBER, A ética protestante e o espírito do capitalismo, tradução brasileira de M. Irene e Tamás Szmrecsanyi, Livraria Pioneira, Editora São Paulo, 1967 (original alemão de 1904 e 1905).
- (3) O conceito de interação evoca o fenômeno pelo qual uma coisa, antes separada, vem a fazer parte de um todo, que já existia outrora ou passa a existir doravante. Nas ciências sociais, contudo, a aplicação desse conceito está longe de ser uni-

forme, Nem mesmo os economistas - que tão frequen-
temente a empregam - a expressão não adquiriu ain-
da precisão técnica. Em todo caso, o emprego mais
específico do conceito tem ocorrido entre os teó-
ricos da Economia Internacional, a partir do fim
da Segunda Guerra, quando as necessidades de re-
construção da Europa Ocidental, as tentativas da
coordenação aduaneira e os efeitos do Plano Mars-
hall exigiram novos esforços de reflexão. Desde
então, o termo "integração" vem sendo usado no
contexto das discussões sobre a remoção de barreiras
alfandegárias, protecionismo e desenvolvimen-
to econômico. Uma das discussões foi a famosa dis-
puta entre os neo-clássicos liderados por Viner e
Haberler, de um lado, e Myrdal, Prebisch e Nurkse
de outro, a propósito da industrialização dos pa-
íses menos desenvolvidos. A concepção de "integra-
ção" da segunda corrente era visivelmente mais
abrangente que a da primeira. Myrdal chegou ao
ponto de identificar integração com mudança igua-
litária dentro dos países pobre e no conjunto das
nações; e foi dessa maneira que ele atribuiu ao
conceito de integração um caráter, deliberadamen-
te normativo, de projeto de igualdade de oportuni-
dades. Entretanto, sem negar a utilidade dos ide-
ais nos projetos de mudança, minha intenção neste

trabalho é tomar a integração em sentido mais em-
pírico ou analítico, que reflita o que tem sido
ou como se desenvolve (particularmente na Amazô-
nia) a integração capitalista, e não o que devia
ser uma integração harmoniosa num sistema em pro-
jeto. Para uma reconstituição dos sentidos do ter-
mo "integração" entre os economistas, ver GUNNAR
MYRDAL, Perspectiva de uma economia internacional
Editora Saga, Rio, 1967, Intr. e cap. II. (O pri-
meiro esboço desse trabalho data de 1954). Ver tam-
bém, de Myrdal, Teoria Econômica e regiões subde-
senvolvidas, ISEB, Rio, 1960 (original de 1957);
J. VINER, The Economics of Customs Unions (de The
Customs Union Issue, 1950), em International eco-
nomic integration, Paul Robson (ed.), Penguin Bo-
oks, 1972 e Lucros provenientes do Comércio exte-
rior, na Rev. Bras. de Economia, ano 5, nº 2, ju-
nho de 1958; RAGNAR NURKSE, Seis Conferências, Re-
vista Brasileira de Economia, ano 5, nº 4, dezem-
bro de 1958, e também Problemas de Formação de Ca-
pital em países subdesenvolvidos, Ed. Civilização
Brasileira, Rio, 1957; RAUL PREBISCH, Dinâmica do
Desenvolvimento latino-americano, Fundo de Cultu-
ra, Rio, 1964; MIQUEL S. WIONCZEK (ed.), A inte-
gração econômica da América Latina, Edições O Cru-
zeiro, Rio, 1966, (original de 1964); HENRI BOUR-

GUINAT, Espace économique et intégration européenne, Sedes, Paris, 1962, especialmente pp. 12 ss.; BELA BALASSA, Teoria da integração econômica, Livraria Clássica, Editora Lisboa, 1964 (original de 1962), cap. 1; CHARLES P. KINDLEBERGER, Economia Internacional, Mestre Jou, São Paulo, 2a. ed. 1988 (original de 1953), tomo II, cap. 31, esp. pp. 824-825; JEAN WEILLER, Problèmes d'Économie Internationale Presses Universitaires de France, 1950, 2º vol. Sobre integração da Amazônia, ver também o trabalho de J. HÉBETTE, A. F. DE OLIVEIRA, A. J. AZEVEDO, D. SOEIRO, M. F. C. CONCEIÇÃO E. P. DUQUE A Amazônia no processo de integração nacional, Universidade Federal do Pará, NAEA, 1974.

- (4) Nesse discurso dissera Vargas: "O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoados ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, **cebe**ndo gratuitamente a terra, desbravada, saneada e loteada se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto (...). E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócio, verão a colaborar nessa obra, aplicando **l**he a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como

acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro". Discurso do Rio Amazonas, publicado na coletânea do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Amazônia Brasileira, Rio, 1944, p. 2. A introdução do planejamento regional do Brasil, através da SPVEA, era fruto da experiência do governo de Roosevelt na "valorização" do vale do Tennessee.

- (5) Parte importante dessa controvérsia pode achar-se nos trabalhos de FERNANDO HENRIQUE CARDOSO e ENZO FALETTO, Dependência e Desenvolvimento na América Latina, Zahar, Rio, 2a. Ed., 1973; FRANCISCO DE OLIVEIRA, A economia brasileira: crítica à razão dualista, em Seleções Cebrap 1, Edit. Brasiliense 3a. Ed. 1977 e HÉLIO JAGUARIBE e outros, A dependência político-econômica da América Latina, Edições Loyola, São Paulo, 1976.

- (6) Cf. ROBERTO A. O. SANTOS, A "fronteira" amazônica e a reformulação da política de terras, no Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, Ano IX, nº 1, Jan-fev. de 1973.